

REESTRUTURAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - ELEMENTOS PARA UMA AVALIAÇÃO DO PROCESSO

INTRODUÇÃO:

Simultaneamente à elaboração da Nova Constituição Nacional, vem ocorrendo a nível dos Cursos de Formação de Profissionais de Educação Física e o processo de reestruturação do currículo de graduação.

Muito mais por determinação da Resolução 03/87, consubstanciada pelo Parecer nº 215/87(1) do que por auto-determinação, autonomia e avaliação crítica, tal processo vem se dando e muitas são as escolas que atualmente já apresentam suas propostas de reestruturação curricular.

Com o intuito de acompanhar e compreender este processo levantamos alguns aspectos que nos parecem pertinentes.

Faremos referência a alguns aspectos que devem ser levados em consideração para a compreensão de como vem se dando o processo de reestruturação e, ainda, para que paradigma curricular podem estar apontando sugestões contidas no Parecer e na Resolução 03/87, fruto de forças hegemônicas atuantes em nossa sociedade.

DESENVOLVIMENTO:

Um dos primeiros elementos a serem levantados a respeito da reestruturação dos cursos de graduação em educação física refere-se à análise de como vem se dando historicamente este processo.

Celi Nelza Zulke Taffarel (*)
Rossana V. de Souza e Silva (**)

Podemos observar que nesses sessenta e três anos de existência dos cursos de Educação Física no Brasil (Costa, 1971, p.43)(2) a reestruturação de seus respectivos currículos deu-se sempre por determinação legal, como se observa no caso das Resoluções 69/ e 03/87. Porém, reestruturações curriculares realizadas por auto-determinação e avaliação crítica do processo de formação profissional até o momento não chegaram a ocorrer.

Considerando que as propostas de reestruturações curriculares estão sujeitas às pressões de diferentes ordens, dos diferentes grupos sociais interessados, torna-se relevante o reconhecimento destas forças.

Diante dessa questão inicial, cabe-nos aqui indagar: quais as forças hegemônicas que têm determinado tais reestruturações, e para a que tendências elas apontam?

Segundo CARMO (1987, p.2)(3), "para entendermos a Resolução 03/87 e o Parecer 215/87, que representam a síntese do pensamento dos indivíduos que escreveram esta página da história, temos que partir das contradições da vida material ocorridas entre 1979 e 1986..." um período da gestão da referida Resolução. Assim, partindo de tal afirmação compreendemos ser necessário aqui, discutirmos a questão

* Professora da UFPE/UNICAMP - CBCE.

** Professora da UFPE, Mestrada na UFSM - CBCE.

da Reestruturação dos Cursos de Graduação em Educação Física, sem pre à luz de alguns elementos que avaliem tal processo a partir das condições políticas, econômicas e sócio-culturais que o determina ram.

Tendo como referência tais as pectos, GIRADELLI JR. (1987,p8)(4) identifica na Educação Física do Brasil o que também ocorre em ou tras áreas do conhecimento; a pre dominância, na década de 70, da ra cionalização despolitizadora com a idéia central da unidade nacional em torno do Brasil-potência.

Mais recentemente temos o estu do de CASTELLANI JR (1988)(5) reali zado na PUC-SP referente a dados históricos sobre a Educação Física e os Esportes no Brasil demonstran do com a Educação Física, "ao lon go de sua história, representou di versos papéis, embora com signifi cados próprios aos períodos em que foram vividos". Procurou saber ainda a quais necessidades ela respondeu em diferentes momentos históricos.

Sendo pretensão somente levan tarmos elementos para uma avalia ção do processo, ressaltamos a im portância a nível das propostas de reestruturação de currículo de aná lise de elementos desta ordem.

Outro importante dado que iden tificamos, referente a tal proces so, diz respeito à saída de profis sionais de Educação Física para o exterior especialmente no final da década de 70, para a realização de estudos de Pós-Graduação, incenti vados principalmente pela política educacional expressa no Plano Na cional de Pós-Graduação.

A ida destes profissionais, principalmente para os Estados Uni dos e Alemanha, gera por parte des tes, a realização de investigações científicas, seguindo os marcos referenciais dos trabalhos desen

volvidos, na época, pelos referi dos países.

Estes dados nos parecem im portantes de serem aprofundados, vez que os profissionais forma dos a nível de pós-graduação ao regressarem exercem também, pelo poder do saber institucionaliza do, pressões no processo de rees truturação curricular.

Outro elemento importante na avalia ção do processo é o relaci onamento com o movimento crítico na Educação Física Brasileira.

Já no início e no decorrer da década de 80, em meio a todo um movimento de insatisfação so cial e de luta pela democratiza ção, observam-se no âmbito da Educação e da Educação Física, os movimentos de crítica às anti gas e tão presentes concepções veiculadas sobre essa área do co nhecimento. Surgem assim, no bo jo dessas discussões, formas al ternativas que apontam para posi ções mais críticas. Cabe aqui indagar sobre as possibilidades de consideração de um movimento crítico de reestruturação curri cular frente ao conservadorismo, ainda tão presente na maioria dos cursos.

Temos que considerar também, as fortes pressões do mercado es portivo sobre o currículo de for mação profissional, buscando seus espaços. A idolatria do corpo, as tendências da moda, o marketing, os grandes negócios.

Podemos assim visualizar for ças consideráveis que, de uma ou de outra forma exercem pressões no processo de reestr turação cur ricular.

Estas forças são intermedia das pelos elementos cooptados e que as representam e as assegu ram no processo de decisões cur riculares.

Mas, continuando na busca de

mais alguns elementos para avaliação do processo, nos perguntamos sobre como se deu a evolução do pensamento da comunidade acadêmica a respeito da divisão técnica do trabalho do profissional de educação física em "licenciatura" e "bacharel".

Tomando como indicador que ainda no final do ano de 1986 pairava uma grande dúvida sobre o que significava a divisão do trabalho entre bacharel e licenciado, dúvida essa expressa muitas vezes nos encontros de Diretores, nos encontros com estudantes, fica evidente a fragilidade desta compreensão enquanto fruto do processo de reflexão coletiva, como o parecer 215/87 tenta ressaltar no início da exposição.

Se considerarmos os reclames nacionais advindos do movimento estudantil, pela ausência, em relação à representatividade de estudantes nos debates realizados no período destes 08 anos de gestão da Resolução 03/87 e, ainda, a estrutura burocrática, centralizadora e autocrática da Universidade Brasileira, questionamos tal processo que se diz processo participativo.

Queremos evidenciar que compreendemos como fundamental esta dimensão do processo de reestruturação e que consideramos conforme DEMO (1987, p. 507)⁶ "como um conteúdo histórico, vivenciado no espaço político, que é o currículo de formação, e onde se dão as lutas ideológicas e de interesse de classe".

É assim que, também pelas estruturas administrativas prevalecem, conforme destaca APPLE (1979, p. 15)⁷ "todo um corpo de práticas e expectativas, com base em determinadas visões de homem e de mundo, próprias do modo de viver de uma sociedade capita-

lista".

Para aprofundarmos a reflexão sobre Bacharelado e Licenciatura queremos resgatar aqui, portanto, as questões pertinentes à divisão social do trabalho em uma sociedade capitalista.

Se levarmos em consideração as análises realizadas por MARX (1985)⁸ referentes a trabalho assalariado e capital, "pode-se compreender o porquê dos métodos de divisão do trabalho e seus efeitos sobre a determinação do salário. Diz MARX (1985, p. 42) que "a divisão do trabalho cada vez maior torna a concorrência entre os operários cada vez maior". Os operários não concorrem entre si apenas vendendo sua força de trabalho, uns mais baratos do que os outros, mas também quando um só faz o trabalho de cinco.

É a divisão do trabalho introduzida pelo capital que obriga os operários a se lançarem neste tipo de concorrência.

Se nós reportarmos novamente ao parecer e analisarmos fundamentos principais, veremos que a tentativa de diferenciar o bacharel do licenciado se deu também a nível da atuação no mercado de trabalho. O licenciado sendo habilitado para o magistério de 1º e 2º graus e o bacharel para a pesquisa ou comunidade em geral (clubes, academias, etc.).

Merece este aspecto análises mais profundas, relacionadas com as repercussões sociais da divisão do trabalho, o que não vem se dando a nível dos encontros atualmente realizados.

A esse respeito, ainda neste periódico, encontraremos o trabalho do professor Apolônio A. do Carmo, referindo-se a questões conceituais, metodológicas e políticas sobre a divisão entre licen-

ciando e bacharelando.

Seguindo a problemática colo cada no início do trabalho sobre as forças hegemônicas e para que tendências elas apontam levanta mos algumas questões referentes à raiz do pensamento curricular em educação física no Brasil.

Para tanto vamos considerar as proposições de HABERMAS (1980) Apud DOMINGUES (1987, p. 353)⁹ se gundo as quais "todo conhecimento está associado a três dimensões fundamentais da vida humana, cu jas categorias básicas são TRABA LHO-LINGUAGEM-PODER".

A sobrevivência da vida huma na está na dependência de o ser humano produzir sua vida e ele a produz e reproduz em nossa socie dade trabalhando. Por outro lado a criação e transmissão da cultu ra é intermediada pela linguagem. E a criação e manutenção da socie dade tem se dado pelas relações de poder.

É assim que os interessados manifestos no entendimento destas categorias básicas caracterizam o enfoque do currículo e estas dife renças básicas nos paradigmas cur riculares.

Conforme evidências científi cas, o paradigma curricular sus tentado pelos cursos de formação profissional no Brasil, segundo FENSTERSEIFER (1986, p. 45), é o técnico linear de Tyler. Simpli ficando, somente como meio de transmissão de informações e as relações de poder se dando na forma autoritária, contrária à emancipação.

Frente a estas colocações nos perguntamos agora sobre o que efe tivamente tem de reestruturação da matriz paradigmática da propo

ta estabelecida no parecer 215/87 e na Resolução 03/87.

Alterou-se a raiz do pensamen to curricular na formação do pr ofissional de educação física?

Alteraram-se os compromissos políticos expressos como resultan te de um processo democrático e participativo?

Superaram-se as teses equivo cadas sustentadas anteriormente nos currículos de formação profis sional?

CONCLUSÃO:

À guisa de conclusão parcial ressaltamos a importância da aná lise e compreensão das forças po líticas, sociais e econômicas que estão determinando a atual propo sta de reestruturação do currícu lo.

Na leitura crítica de como vem se dando este momento históri co poderemos encontrar elementos que nos possibilitem muito mais do que simplesmente fazer cumprir uma Resolução, vir a superá-la, por força de novas determinações históricas e novas relações soci ais.

Fica-nos claro ainda, a par tir do pressuposto de que currícu lo também é um espaço político, a importância do reconhecimento das forças hegemônicas, das idéias hegemônicas, dos interes ses prevalentes.

Uma vez explicitados e desve lados estes interesses teremos em mãos elementos que contribuirão para a compreensão do paradigma curricular que estaremos desenvol vendo e permitirão ainda visuali zar as tendências que estaremos assegurando ou as transformações que teremos que buscar coletiva mente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) BRASIL. CFE/DF/MEC - Parecer 215/87 - Resolução 03/87 - Relator - Conselho Costa Rodrigues.
- (2) COSTA, Lamartine P. - *Diagnóstico da Educação Física/Desportos no Brasil*. Rio de Janeiro, 1971.
- (3) CARMO, Apolonio Abadio do - Resolução 03/87 - *Conquista da Educação Física ou recomposição hegemônica burguesa*. Congresso Estadual de Educação Física. Santa Cruz do Sul, 1987.
- (4) GHIRALDELLI JÚNIOR - *Tendências e correntes na Educação Física Brasileira*. Ibitinga-SP; Mimeografado, 1987.
- (5) CASTELLANI JR - *Educação Física no Brasil: A história que não se conta*. PUC-SP. Dissertação de Mestrado, 1988.
- (6) DEMO, Pedro - *Avaliação qualitativa*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. INEP nº 68, set/dez. 1987.
- (7) APPLE, Michael - *Ideologia e Currículo*. São Paulo. Brasiliense, 1979.
- (8) MARX, Carl - *Trabalho Assalariado e Capital*. São Paulo. Global Editora. 1985.
- (9) DOMINGUES, José - *Interesses Humanos e Paradigmas curriculares*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília nº 67 (156) maio/agosto. 1986.